

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.606, DE 2007

Confere ao município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de “Capital Nacional da Agricultura Ecológica”.

Autor: Deputado PEPE VARGAS

Relator: Deputado RENATO MOLLING

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.606, de 2007, de autoria do ilustre Deputado Pepe Vargas, visa conferir ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de “Capital Nacional da Agricultura Ecológica”.

A matéria tramita sob rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta Comissão, onde não foram apresentadas emendas no prazo regimental, cumpre-nos examinar o Projeto pela ótica do mérito educacional e cultural.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A agricultura ecológica fundamenta-se na utilização de recursos naturais para a produção de alimentos orgânicos, em cujo cultivo não são utilizados agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas.

Além de buscar o resgate do agricultor como protagonista do processo produtivo, a agricultura ecológica contribui para a preservação do ambiente, principalmente do solo e da água, uma vez que os recursos para sua implantação e desenvolvimento são obtidos no próprio meio, utilizando tecnologias limpas, baratas e independentes do complexo industrial em que hoje se traduz a agricultura.

O principal benefício da agricultura ecológica está na preservação da saúde da população. Há tempos a ciência demonstra que o nosso bem-estar e qualidade de vida estão intimamente ligados à nossa alimentação, que deve ser a mais natural possível, por meio de uma ingestão maior de alimentos *in natura*, livres de agrotóxicos e fertilizantes, e da redução do consumo de alimentos industrializados, quimicamente tratados.

Em sua justificação, o ilustre Autor da proposição em apreço ressalta que o Município de Ipê foi pioneiro na organização de associações que conscientizaram os produtores rurais da importância da produção agrícola ecologicamente correta.

De fato, em meados da década de 80 teve início o trabalho desenvolvido pelo Centro Ecológico de Ipê. Esse era um período marcado pelos impactos sócio-ambientais negativos da Revolução Verde, a distensão da ditadura militar e a retomada das lutas sociais no campo. Em janeiro de 1985, surge o Projeto Vacaria, em uma área situada no atual município de Ipê, que se baseava numa nova forma de desenvolvimento no meio rural, baseado na Agricultura Ecológica e na Cooperação.

O objetivo inicial do Projeto Vacaria era demonstrar a viabilidade técnica e econômica da Agricultura Ecológica. Após três anos de experimentação e prática em uma propriedade rural de 70 hectares, a proposta passou a ser disseminada junto a agricultores familiares da região.

As parcerias frutificaram e formaram-se várias associações, algumas das quais citadas pelo ilustre Deputado Pepe Vargas em sua justificativa. As Associações de Agricultores Ecologistas (AAEs) se caracterizam pela prática da agricultura ecológica e busca de canais alternativos para a comercialização de sua produção.

Entre as AAEs destaca-se a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, a AECIA, criada em 1990, a primeira agroindústria de produtos ecológicos da região. A AECIA deu origem a toda uma linha de processados ecológicos e inspirou o surgimento de grupos congêneres em outras partes do Estado.

A partir de 1997, o trabalho voltou-se para a ecologização da propriedade como um todo, do indivíduo que nela trabalha e das relações sociais. Essa mudança levou, dois anos depois, o Centro de Agricultura Ecológica Ipê, ex-Projeto Vacaria, a denominar-se simplesmente Centro Ecológico Ipê.

Após desenvolver aspectos relativos à produção, o Centro Ecológico Ipê passou a fomentar a formação de Cooperativas de Consumidores de Produtos Ecológicos, percebendo que uma participação ativa dos consumidores é condição indispensável para o desenvolvimento do trabalho com Agricultura Ecológica.

A dimensão desse trabalho não pode ser avaliada somente pelo número de grupos de agricultores estruturados ao longo dessa trajetória histórica, mas vale a menção. Em dezembro de 2007, o Centro Ecológico Ipê assessorava de forma sistemática várias associações espalhadas por Municípios como Caxias do Sul, Garibaldi e Farroupilha, contabilizando mais de cem famílias atendidas.

Esta trajetória também tem feito com que o Centro colabore, como interlocutor e referência de trabalho, no surgimento e qualificação de iniciativas em Agricultura Ecológica desenvolvidas no Brasil e em outros países, beneficiando-se, em muito, com esse permanente intercâmbio com outras experiências.

Assim, cientes da importância da agricultura ecológica para a saúde da nossa população e para a preservação do meio-ambiente, vimos nos

unir ao nobre Deputado Pepe Vargas nesta homenagem a esse que foi o Município precursor da viabilidade técnica e econômica desta atividade, votando pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.606, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado RENATO MOLLING
Relator